

insão. Porém, guiado pelo olhar atento de José Zacchiolo da Silva, o leitor percebe Fortaleza apenas como uma cidade de intenso crescimento, mas como uma cidade que contém várias as. Sim, fragmentos urbanos se desdobram numa paisagem de horizontes planos e poucas elevações, que, se do ponto de vista da natureza não é diversa, do social, é múltipla em segregações.

a diversidade espacial, onde nas áreas sujeitas a inundações, nas dunas e nas encostas dos morros as favelas se espraiam crescentemente, há um sonho presente na vida de cada um: o sonho de liberdade. Sonho compartilhado em especial por aqueles que migraram para a cidade na alentada esperança de se verem livres do jugo do proprietário das terras do interior. Todavia, viver este sonho às vezes é viver um pesadelo. A dura realidade da cidade de acentuada segregação social e espacial revela que este sonho de liberdade é provavelmente ilusório face à carência dos meios que poderiam possibilitar uma vida urbana digna e a plena realização da cidadania.

perspicácia, o autor procura analisar esta paisagem urbana. Ao decifrar Fortaleza, reconstitui a história da cidade e recupera vários procedimentos metodológicos da Geografia. O uso destes procedimentos frequentemente deixados de lado, mostra o quanto podem contribuir para a interpretação do espaço. Neste sentido, José Borzacchiolo da Silva faz uma tarefa fundamental ao contribuir para a melhor relação entre as análises clássicas da paisagem urbana e as novas questões que se colocam para a compreensão da cidade. Assim, Fortaleza recompõe analiticamente ao leitor.

Nos finais da análise da paisagem, o autor situa seu lema de investigação indagando a respeito de como vem se dando a participação dos trabalhadores no processo de produção do espaço urbano. A participação está revelada nos movimentos sociais diretos à cidade, que teve como marco os movimentos populares dos bairros de Pirambú e São Jacinto no início dos anos sessenta.

Por fim, ao falar detalhadamente de Fortaleza, está o mesmo tempo fazendo presente o cenário de outras cidades. *Fortaleza em questão* assume uma importância que extrapola o caso desta cidade. Ao falar da participação dos trabalhadores no processo de produção do espaço urbano - discutindo a importância da transição das reivindicações feitas a nível individual, e assentadas nas relações de compadrio, soluções de cunho coletivo -, o autor mostra como estas necessitam quebrar a tradição do "caso político." Por isso, discute e reeloca a dimensão política da questão urbana e de forma pertinente remete-nos à questão central dos movimentos sociais em nossa sociedade: o paternalismo.

Este encaminhamento metodológico é que permite ao autor mostrar os limites dos movimentos sociais reduzidos às questões vinculadas à reprodução da força de trabalho, pois, neste caso, "o trabalhador espoliado se torna presa fácil dos políticos, principalmente os tradicionais, que transformam uma parcela da população - a mais significativa numericamente - em joguete político e conivente no processo de perpetuação de relações autoritárias de poder e legitimação do mesmo." Criticamente, indaga se há possibilidade destes "movimentos relâmpagos," surgidos do extremo da miséria dos trabalhadores, se converterem numa busca pela construção de uma sociedade realmente democrática. E é este traço crítico de indagação, presente em toda a análise, que faz recomendar a sua leitura.

### Rio de Janeiro em teses

Licia do Prado Valladares e Maria Josefina G. Sant'Anna  
CEP: RIO/UERJ.

por Nísia Verônica Trindade Lima

A realidade urbana do Estado do Rio de Janeiro tem sido, nas três últimas décadas, revelada por uma expressiva produção de teses de pós-graduação. Este é o retrato que oferece ao leitor o catálogo *O Rio de Janeiro em teses*, organizado por Licia do Prado Valladares e Maria Josefina G. Sant'Anna.

A publicação, resultado de esforço conjunto do Urbandata/IUPERJ e do CEP:Rio/UERJ, torna acessível ao público de pesquisadores, planejadores, gestores e demais interessados na produção acadêmica sobre o contexto urbano do Estado, teses de mestrado, doutorado e livre docência, que encontram dificuldades para uma divulgação mais ampla. Um dado revelador: das 365 teses reunidas apenas 34 foram publicadas como livro.

Os méritos do trabalho não se resumem, contudo, ao papel de sistematização e divulgação, por si só crucial para as múltiplas possibilidades de estudo sobre o Rio de Janeiro. As autoras indicam as áreas de investigação privilegiadas, importantes lacunas a demandarem pesquisas e a emergência de novos temas e questões. Trata-se em suma de fonte imprescindível para os que desejam compreender a problemática urbana de nosso Estado e seu lugar na universidade e nos institutos de pesquisa.

A região metropolitana, particularmente a cidade-município, vem concentrando a atenção dos estudos. A "cidade-negra" de fins do século XIX, a cidade objeto de inúmeras reformas e planos urbanísticos desde a Reforma de Pereira Passos, em

1903, o Rio de Janeiro mais recente, com sua malha urbana ampliada pelo intenso crescimento das periferias e escortada por novas formas de segregação sócio-espacial e de mobilizações urbanas, constituem-se nos múltiplos cenários retratados em 73% das teses.

Uma forte tendência identificada pelas autoras é a realização de pesquisas em unidades espaciais particulares: bairros (28%), favelas (12%) e zonas da cidade (6%), indicando a presença marcante de análises pontuais sobre o espaço urbano e de estudos de caso. Acentuam a relativa ausência de investigações sobre áreas mais antigas e de ocupação mais consolidada, comparativamente ao estudo de espaços de ocupação mais recente, sobretudo no que se refere às periferias.

A observação dos períodos históricos focalizados preferencialmente pelos pesquisadores permite identificar aqueles contextos sobre os quais existe significativa produção de conhecimento, bem como importantes ausências a requerem o desenvolvimento de novas pesquisas. O primeiro período privilegiado é a segunda metade do século XIX, caracterizada por processos de expansão da cidade através da formação dos subúrbios ao longo das linhas férreas, do início de processo de industrialização, do impacto da extinção do trabalho escravo e da decadência dos cortiços como forma predominante de moradia da população pobre.

No contexto da Primeira República, é a administração do prefeito Pereira Passos (1903-1906) que mais atenção recebeu (10 teses catalogadas). A produção acadêmica recuperou, dessa forma, a primeira intervenção significativa do Estado na conformação da cidade do Rio de Janeiro e no uso de seus espaços. A partir da necessidade de embelezamento e modernização da cidade, realizou-se um verdadeiro ato cirúrgico com a abertura de novos eixos viários como a av. Central (hoje Rio Branco) e a ação popularmente conhecida como o "Bota Abaixo" - demolição dos cortiços nas áreas centrais.

Uma ausência sensível torna-se evidente no que se refere ao período posterior à Primeira República, encontrando-se poucas teses que se detenham no intervalo compreendido entre a Revolução de 1930 e os anos 60. Contrastando com a importância que historiadores e cientistas políticos tradicionalmente atribuem ao período, o Rio de Janeiro da era getulista e dos governos que antecederam à administração de Carlos Lacerda pouca atenção recebeu dos pesquisadores. Observe-se ainda que, durante aqueles anos, multiplicaram-se em ritmo intenso as favelas da cidade e a visibilidade política da habitação popular.

A maior parte das teses catalogadas (63%) refere-se às décadas de 60, 70 e 80 e acompanham as mudanças verificadas no Estado do Rio de Janeiro,

particularmente em sua região metropolitana - expansão da metrópole; impacto administrativo e sócio-econômico da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; dinâmica do mercado imobiliário; políticas urbanas e de habitação popular; o desenvolvimento de associativismo nos bairros e a emergência de lutas sociais e novas formas de sociabilidade referidas ao urbano.

De grande interesse é a classificação por área temática das teses. Destacam-se três linhas de investigação: Habitação (58 teses), Estrutura urbana e metropolitana (50 teses), Modo de vida, imaginário social e cotidiano (45 teses).

As teses relativas à habitação dedicam-se predominantemente ao estudo de políticas habitacionais, com ênfase nas implementadas pelo BNH, e das formas de moradia popular. Entre essas, a favela é a que mereceu mais atenção dos pesquisadores. Ao lado da presença física no espaço urbano, certamente as representações sociais a ela associadas explicam a preferência dos estudiosos. Algumas das teses catalogadas indicam, por exemplo, que os loteamentos da periferia da cidade apresentam, pelo menos a partir de 1950, índices mais expressivos de crescimento sem alcançarem a mesma visibilidade pública. A importância da dimensão política da favela pode ser atestada ainda pela presença do movimento de favelados na história do Rio de Janeiro.

A segunda área temática - Estrutura urbana e metropolitana - compreende estudos sobre os processos de formação do espaço metropolitano. Ênfase é atribuída ao processo de periferação e ao estudo do perfil e da identidade dos bairros.

Modo de vida, imaginário e cotidiano envolvem uma pluralidade de temas referidos a práticas sociais, valores e sistemas simbólicos. É a área privilegiada pelos trabalhos originários da Antropologia Urbana e da História.

Novos temas podem ser identificados a partir da pesquisa realizada pelas autoras: Meio ambiente e qualidade de vida; Experiências e práticas alternativas e Violência urbana. A valorização da temática ambiental e das experiências alternativas, fenômeno de abrangência mais ampla, explica em parte a eleição dos dois primeiros temas.

Quanto à Violência urbana, particularmente no que se refere à metrópole, teses recentes indicam as mudanças operadas nas imagens sobre o Rio de Janeiro. De cidade-cenário do debate político nacional e símbolo de manifestações artísticas populares, convivemos hoje com imagens referidas ao medo e à desorganização das formas de sociabilidade.

As teses catalogadas permitem ainda identificar tendência que se manifesta a partir dos anos 80: observar os processos sociais que se desenvolvem nas

idades em seus micromovimentos. Tendência ademais que acompanha a anteriormente apontada pelas autoras no catálogo *1001 teses sobre o Brasil urbano*, publicado pelo Urbanadata/UPERJ em 1992.

A fragmentação das análises sobre o urbano parece atualizar-se com essas novas perspectivas que priorizam a formação de valores, práticas, símbolos e identidades sociais referidos ao espaço de moradia. Se, por um lado, desloca-se a primazia de explicações de natureza determinista, por outro, corre-se o risco de tomar as práticas dos grupos sociais como algo isolado do contexto mais amplo de que fazem parte.

Um passo importante para unir tais fragmentos é dado pelo catálogo *O Rio de Janeiro em teses*. Talvez, mais do que em um retrato, possamos pensar na composição gradual de um mosaico - ex-pedidos "pedaços" que formam a realidade urbana do Rio de Janeiro.

### Condição pós-moderna

David Harvey - São Paulo  
Edições Loyola, 1992, 349 p.

por Claudete de Castro Silva e  
Tânia M. Mezzomo Keiner

Este livro do geógrafo inglês David Harvey, publicado no Reino Unido em 1989, a despeito do atraso de sua tradução para o português, não perdeu o seu vigor e tem-se colocado como uma obra de extrema importância, já que, dentro da questão modernidade versus pós-modernidade, permite a análise de diversas temáticas.

Nele o autor propõe-se a analisar as mudanças nas práticas culturais e político-econômicas que coincidiram com a primeira grande crise de caráter estrutural ocorrida após a longa prosperidade capitalista do pós-II Guerra. Para David Harvey essas mudanças têm um vínculo com a maneira com que o tempo e o espaço são experienciados e relacionadas com a emergência de um novo regime de acumulação, chamado de acumulação flexível ou pós-fordismo.

A questão básica a ser respondida é se estaria ocorrendo uma nova configuração de pensamentos e sentimentos - chamada por uma série de intelectuais de pós-modernidade - que redefiniria a trajetória do desenvolvimento político e social de acordo com certos parâmetros ou ideias; ou se a pós-modernidade apenas estaria refletindo uma mudança na forma do capitalismo operar. O autor irá defender esta última hipótese, ou seja, de que há mais continuidades

de que ruptura entre a história da modernidade e o movimento chamado de pós-moderno.

O livro está dividido em quatro partes:

- na primeira delas, o autor levanta as ideias dominantes da modernidade, fruto do projeto do iluminismo, e as da pós-modernidade, com suas noções conflitantes aplicadas em especial ao caso da arquitetura e desenho urbano;

- na segunda parte, apoiado na teoria da regulação, são examinados os fundamentos político-econômicos do capitalismo no final do século XX, cujo regime e modo de regulação é denominado de fordismo, analisando também as causas da crise e a emergência da acumulação flexível;

- na terceira parte, explora a experiência do tempo e espaço considerados como elementos mediadores do desenvolvimento capitalista, além dos processos de produção cultural e a transformação ideológica que alteram alguns discursos em décadas recentes. A experiência do tempo e espaço é analisada desde a emergência do capitalismo na tentativa de demonstrar como, com o desenvolvimento deste, há uma compressão destas duas dimensões;

- na última parte, é avaliada a pós-modernidade como condição histórica e no interior da lógica transformadora e especulativa do capital, ressaltando-se também a crise do materialismo histórico.

Há, na verdade, uma crise de representações, de como pensar o tempo e o espaço. Na atualidade, há um outro momento de compressão destas duas categorias que leva a globalização e simultaneamente a fragmentação do espaço. Se na modernidade foi necessária uma série de movimentos que levaram à elaboração de uma lógica na concepção do tempo e do espaço, hoje pode-se notar que há uma crise na maneira de experienciá-los. Assim, a proposta de Harvey é esclarecer os vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais, entre o que é denominado de pós-modernidade e pós-fordismo, ou seja a instauração de modalidades de acumulação mais flexíveis, através de experiências espaciais e temporais. Em suma, de como mudanças político-econômicas contribuem para mudanças nas práticas culturais.

Assim, se a modernidade como visão de mundo e movimento estético sempre foi identificada como "positivista, tecnocrática e racionalista... com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção", já a pós-modernidade, por sua vez e de forma contrastante, é uma visão de mundo que privilegia "a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do espaço".

tural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiância de todos os discursos universais ou "totalizantes" serão seus marcos".

Em meados do século XIX, a modernidade tornou-se um fenômeno eminentemente urbano com a associação de um crescimento explosivo de várias cidades, fortes fluxos migratórios, mecanização do trabalho, planos urbanísticos etc. Era a celebração da universalidade e da queda de barreiras espaciais típicas do pensamento moderno, mas que para Harvey nunca "acertou as contas" com o nacionalismo e o paroxismo que sempre leimaram em re-emergir.

Neste século, no pós-guerra, com o fordismo atingindo a maturidade e com o apoio de políticas keynsianas, os padrões de vida se elevaram nos países industrializados de forma que o fordismo pode ser considerado um modo de vida, onde a padronização dos produtos e o consumo de massa implicaram em uma nova estética e na "mercado-ficção" da cultura.

Porém, no final dos anos sessenta, as bases do fordismo começaram a ruir, concomitantemente a uma série de críticas ao consumo padronizado, à exclusão de minorias e ao Estado burocratizado. Do lado da produção, a crise identificava-se com uma queda na produtividade do trabalho e por um excesso de rigidez: rigidez de investimentos para a produção em massa e rigidez nos contratos de trabalho.

Desde então, para Harvey, a modernidade perdeu seu caráter revolucionário, propiciando o surgimento de vários movimentos de contracultura que aspiravam a realização individualizada em oposição às pretensões universais e às vezes opressora que o projeto da modernidade impunha aos indivíduos e à cultura. Ficava cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynsianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

Com o choque do petróleo e a falência fiscal do Estado keynsiano nos anos setenta, o cenário era de estagnação. As empresas viram-se obrigadas a reestruturar através da utilização da automação e criação de novas linhas de produtos para nichos específicos de mercado. Era vital a busca de aumento da produtividade do trabalho e a aceleração do tempo de giro do capital. Daí, a emergência da acumulação flexível (com novos processos de trabalho, novos nichos de mercado, novos produtos e padrões de consumo) que alterou a organização do trabalho e das empresas, "revolucionou" o setor terciário e modificou a paisagem industrial.

Com esta reestruturação, os resultados mais significativos que podem ser apontados foram um grande enfraquecimento do poder sindical, concomitante ao crescimento do mercado informal de trabalho, e uma aceleração do ritmo de inovação de produtos para reduzir o tempo de giro na produção.

A acumulação flexível, então, foi acompanhada de forte tendência a modismos, envolvendo acelerações paralelas na troca e consumo. A circulação de mercadorias foi facilitada, através do aperfeiçoamento nos sistemas de comunicações e transportes, e a mobilização da moda também acelerou o ritmo de consumo e criou novos estilos de vida e lazer, provocando um deslocamento do consumo de bens para o consumo de serviços, que são mais efêmeros.

Para seus defensores, a pós-modernidade assinala a morte das metanarrativas que objetivavam "fundamentar e legitimar a inclusão de uma história humana 'universal'". Seria, então, impossível re-tratar o mundo como uma totalidade cheia de conexões e diferenças. Para Harvey o seu caráter revolucionário e a pós-modernidade emergiu como a lógica cultural do capitalismo avançado, onde há uma enorme necessidade de se produzir bens com aparência cada vez mais nova para estimular o consumo e sensibilidades individuais, levando à criação de uma nova estética que supera o padrão anterior. Assim, não considera a pós-modernidade como uma corrente artística autônoma, mas enraizada na vida cotidiana, em um contexto onde a hegemonia ideológica e política da sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social; onde as materializações e significados dados ao dinheiro, ao tempo e espaço são fundamentais para a manutenção do poder político, já que o domínio do tempo e espaço é elemento crucial na busca do lucro.

Segundo sua argumentação, já após a crise de 1846-7 ocorrida na Inglaterra, e que pode ser considerada a primeira crise de superacumulação com este sistema já maduro, criou-se uma crise de representação proveniente de um reajuste radical da ideia de tempo-espaço que anteriormente tinha um sentido "iluminista" da inelutabilidade do progresso. A natureza do tempo-espaço, assim como o significado do dinheiro, sofreram mudanças. Havia incertezas e uma tensão evidente entre as funções do dinheiro como representação do valor e como "lubrificante da troca e do investimento".

A institucionalização do sistema de crédito e a formação do capital fictício alteraram o sentido de tempo nos negócios e por conseguinte na vida social, acelerando a circulação do capital em um contexto de mercado de massa. O capitalismo entrou em uma fase de investimentos de longo prazo e na conquista do espaço através da expansão da rede de ferrovias, das inovações técnicas, da difusão da imprensa etc. A partir de 1973, a moda cada vez mais se desmaterializa, surgindo formas inateriais de dinheiro - que cria um colapso do dinheiro como representante de valor em um mundo com taxas de câmbio voláteis e com inflação instável - colocando novamente uma crise de representação para o capitalismo.